

# Bancos apreensivos

por S. Karene Witcher  
do Wall Street Journal  
(Continuação da 1ª página)

que quantias significativas de empréstimos estrangeiros do setor público entram nesta categoria de conta, observa J. Thomas Macy, da Price Waterhouse & Co., uma grande firma de contabilidade responsável pela auditoria de vários bancos de Nova York.

Macy acrescenta que a questão "levanta dúvidas" com relação aos outros empréstimos garantidos pelo governo brasileiro. Por exemplo, os bancos e seus auditores podem ter de decidir se todos os empréstimos ao governo brasileiro deveriam ser classificados como créditos em liquidação, se alguns empréstimos garantidos pelo governo brasileiro forem assim qualificadas.

Vários bancos já colocaram certos empréstimos do governo brasileiro nessa categoria para fins internos, mas se os pagamentos não forem realizados em breve, isto poderia ser divulgado publicamente. "Não é o tipo de coisa que se gosta de revelar", confidencia um banqueiro.

Para evitar distorções nos lucros bancários, os

bancos normalmente distribuem sua receita de juros durante o ano todo, não importa se os recebem continuamente ou, digamos, em uma ou duas grandes somas por ano. Assim, quando um empréstimo está vencido, os bancos precisam subtrair a receita de juros que registraram mas nunca receberam.

Suponhamos que um banco concedeu um empréstimo de US\$ 100 milhões à taxa de juro de 12% ao ano. Os juros de US\$ 1 milhão ao mês vencem em prestações trimestrais. O tomador faz um pagamento em dinheiro no dia 30 de abril. O pagamento seguinte vence em 31 de julho, mas o tomador não paga. Enquanto isso, o banco, esperando receber a prestação de julho, inclui a esperada receita de maio-julho de US\$ 3 milhões em seu lucro. Em 30 de setembro, o empréstimo está 61 dias em atraso e é considerado como em liquidação. Nesse meio tempo, entretanto, o banco incluiu mais US\$ 2 milhões de receita de juros nos seus livros.

Sob a legislação bancária do Estado de Nova York, o banco precisa estourar agora o total de US\$ 5 milhões de seu lucro. Os sistemas contábeis variam, mas os bancos em geral

subtraíam os US\$ 5 milhões do trimestre terminado em setembro e não alteram a receita dos trimestres anteriores. Quando o banco receber o dinheiro, o lança então nos livros.

No caso do Brasil, as somas podem ser enormes, segundo os banqueiros, porque muitos dos pagamentos de juros do Brasil vencem a intervalos de seis meses. Alguns bancos, por exemplo, com pagamentos vencidos em janeiro e novamente em julho, poderão ter de diminuir até oito meses de pagamentos de seu lucro.

Os totais "poderão ser um número muito, muito grande para uma série de bancos", informou um banqueiro de Nova York.

Enquanto isso, os banqueiros temem que as atitudes dos auditores estejam endurecendo, sob pressão do Congresso norte-americano, para serem mais rigorosos com os bancos, e também por temerem processos judiciais porque os auditores partilham a responsabilidade legal pelas contas dos bancos. Um banqueiro prevê que os auditores, como a Price Waterhouse, serão "extramamente difíceis este trimestre e serão monstros no final do ano".

# Bancos apreensivos

por S. Karene Witcher  
do Wall Street Journal

O tempo está passando para alguns bancos com empréstimos feitos ao governo brasileiro, e o alarme poderá soar no próximo dia 30. E quando termina o terceiro trimestre e os bancos começam a se preparar para apresentar seus resultados aos acionistas. Mas temem que os acionistas não gostarão do que vão ver.

O problema é que o Brasil está atrasando em mais de sessenta dias o pagamento de pelo menos dezenas de milhões de dólares, e talvez até diversas centenas de milhões de dólares, em juros devidos a seus credores estrangeiros. Os bancos nacionais, como o Citibank, precisam lançar tais empréstimos como "crédito em liquidação" (non-performing assets) depois de noventa dias. Mas a legislação bancária do Estado de Nova York fixa o limite em sessenta dias. Para os bancos regidos pela legislação de Nova York, incluindo o Chemical

Bank, Bankers Trust, Morgan Guaranty Trust e Manufacturers Hannover Trust, isso poderia reduzir substancialmente os lucros do terceiro trimestre e, posteriormente, minar a confiança do investidor naqueles bancos.

E impossível estimar o nível da redução nos lucros dos bancos. Isso depende de um conjunto de fatores, inclusive a maneira como os bancos lançaram os empréstimos no passado, como decidem tratar outros empréstimos que estão sendo pagos no prazo, e quando vencem os juros em empréstimos específicos. Bancos diferentes não apresentam necessariamente os pagamentos brasileiros em atraso da mesma forma.

O Manufacturers Hannover Trust disse que não acredita que o atraso dos pagamentos brasileiros produzirá "um efeito materialmente adverso sobre a condição financeira da corporação".

Os outros grandes bancos disseram que não comentariam em público a situa-

ção. Mas, reservadamente, alguns banqueiros estão preocupados, sobretudo dada a precária situação financeira do Brasil e a lentidão das atuais negociações entre o País e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Até que o Brasil chegue a acordo com o FMI, os bancos comerciais não empenharão fundos adicionais. E até que os bancos emprestem mais, o Brasil será incapaz de liquidar os pagamentos de juros que venceram.

Isso poderia ser "muito prejudicial a todo o processo" de negociação do pacote de ajuda ao Brasil, diz um banqueiro. Segundo ele, se os bancos tiverem de considerar alguns empréstimos como "créditos em liquidação", eles relutarão em ajudar o Brasil com novos créditos.

O superintendente dos bancos do Estado de Nova York, Vincent Tese, diz que seu escritório está "envolvido em discussões com os bancos e o Federal Reserve" para verificar se o limite de atraso no pagamento de juros vencidos

deveria ser prorrogado para noventa dias — o regulamento para bancos nacionais, como o Citibank. Apesar de certos juros podem estar atrasados em noventa dias, no dia 30 de setembro, os banqueiros acreditam que esses empréstimos serão saldados até essa data. Segundo eles, provavelmente a ampliação para noventa dias significaria que os bancos não teriam de apresentar nas contas qualquer redução nos lucros até que informem sobre os resultados finais do ano.

Mas os banqueiros afirmam que podem relutar em alterar repentinamente os sistemas básicos de contabilidade por não saber como os investidores receberiam a mudança. Além disso, essa medida poderá apenas transferir o problema para o final do ano. Está ficando cada vez mais provável que o Brasil não atualizará os pagamentos até então, afirmam os banqueiros.

Se o Brasil não puder pagar e os bancos novaiorquinos forem forçados a classificar alguns empréstimos do governo brasileiro como "créditos em liquidação", seria a primeira vez

(Continua na página 12)

Bancos americanos, de costa a costa, ligaram, ontem, para seus representantes no Brasil, a fim de detalhar a situação de empréstimos a entidades públicas que deverão ser lançados como créditos em liquidação nos balancetes deste terceiro trimestre. Há dúvidas entre os bancos quanto à extensão dos créditos que deverão ser lançados como "non-performing".